



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 120, DE 2022

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 510, de 2022, do Senador Paulo Paim, que Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, informações sobre impacto de proposição legislativa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco

**RELATOR:** Senador Elmano Férrer

08 de novembro de 2022



## PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 510, de 2022, do Senador Paulo Paim, que solicita informações ao Ministro de Estado de Trabalho e Previdência sobre impacto de proposição legislativa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.



SF/22097.25077-24

**Relator:** Senador ELMANO FÉRRER

### I – RELATÓRIO

O Senador Paulo Paim, por meio do Requerimento nº 510, de 2022, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Ministro de Trabalho e Previdência, Senhor José Carlos Oliveira, informações acerca do impacto de proposição legislativa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

De acordo com a justificação que acompanha o requerimento, em março deste ano, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou uma audiência pública para instruir a matéria. Na ocasião, estiveram presentes representantes da Caixa Econômica Federal e do Conselho Curador do FGTS. Diante dos posicionamentos contrários e das informações prestadas na audiência pública, faz-se necessário que a referida Comissão tenha acesso aos estudos e demais informações acerca do impacto do Projeto de Lei (PL) nº 2.967, de 2019.

A matéria vem à apreciação da Mesa do Senado Federal, nos termos dos arts. 215, I, *a*, e 216 do Regimento Interno desta Casa, e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

## II – ANÁLISE

O Requerimento fundamenta-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional o envio de pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. Além disso, está em conformidade com o disposto no art. 49, X, da Carta Magna, que confere competência exclusiva ao Congresso Nacional para fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Portanto, não há óbice do ponto de vista constitucional e jurídico.

Com relação aos pressupostos de regimentalidade, o Requerimento atende os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria relativa à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o Regimento Interno, estabelece, ainda, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

No requerimento em análise, solicitam-se ao Ministro de Trabalho e Previdência as informações sobre o impacto do PL nº 2.967, de 2019, que *altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.*

Dessa forma, no presente requerimento, as informações solicitadas guardam estreita relação com o assunto a esclarecer – impacto de proposição legislativa sobre o FGTS; não caracterizam natureza sigilosa; são condizentes com o exercício da função legislativa e fiscalizadora desta Casa, tendo, portanto, seu rito de tramitação e apreciação estipulado nos termos da Seção I, arts. 1º a 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Ficam evidenciados, portanto, o cumprimento e o atendimento das formalidades regimentais necessárias à admissibilidade dos requerimentos de informações.

### III – VOTO

Ante o exposto, manifesto-me pelo encaminhamento do Requerimento nº 510, de 2022, ao Ministro de Trabalho e Previdência.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



SF/22097.25077-24



# SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

5

**Reunião:** 2ª Reunião, Ordinária, da CDIR

**Data:** 08 de novembro de 2022 (terça-feira), às 10h30

**Local:** Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

### COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL - CDIR

TITULARES		SUPLENTEs	
		-	
Rodrigo Pacheco (PSD)		1. Jorginho Mello	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	2. Luiz Carlos do Carmo (PSC)	
Romário (PL)	Presente	3. Eliziane Gama (CIDADANIA)	
Irajá (PSD)		4. Zequinha Marinho (PL)	
Elmano Férrer (PP)	Presente		
Rogério Carvalho (PT)	Presente		
Weverton (PDT)	Presente		

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(RQS 510/2022)**

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 8.11.2022, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.

08 de novembro de 2022

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal